

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Código do Imposto do Selo

| | |
|---|-----|
| Preâmbulo | 611 |
| CAPÍTULO I – INCIDÊNCIA | 615 |
| Artigo 1.º – Incidência objectiva | 615 |
| Artigo 2.º – Incidência subjectiva | 632 |
| Artigo 3.º – Encargo do imposto | 645 |
| Artigo 4.º – Territorialidade | 649 |
| Artigo 5.º – Nascimento da obrigação tributária | 656 |
| CAPÍTULO II – ISENÇÕES | 667 |
| Artigo 6.º – Isenções subjectivas | 667 |
| Artigo 7.º – Outras isenções | 673 |
| Artigo 8.º – Averbamento da isenção | 691 |
| CAPÍTULO III – VALOR TRIBUTÁVEL | 692 |
| SECÇÃO I – REGRAS GERAIS | 692 |
| Artigo 9.º – Valor tributável | 692 |
| Artigo 10.º – Valor representado em moeda sem curso legal em Portugal | 695 |
| Artigo 11.º – Valor representado em espécie | 695 |
| Artigo 12.º – Contratos de valor indeterminado | 696 |
| SECÇÃO II – NAS TRANSMISSÕES GRATUITAS | 697 |
| Artigo 13.º – Valor tributável dos bens imóveis | 697 |
| Artigo 14.º – Valor tributável dos bens móveis | 705 |
| Artigo 15.º – Valor tributável de participações sociais e títulos de crédito e valores monetários | 712 |
| Artigo 16.º – Valor tributável dos estabelecimentos comerciais, industriais ou agrícolas | 721 |
| Artigo 17.º – Sociedades de transparência fiscal e estabelecimentos afectos a profissões liberais | 724 |

| | |
|--|-----|
| Artigo 18.º – Avaliação indirecta | 725 |
| Artigo 19.º – Transmissão gratuita da propriedade ou do usufruto com encargo | 727 |
| Artigo 20.º – Dedução de encargos | 731 |
| Artigo 21.º – Remissão | 733 |
| CAPÍTULO IV – TAXAS | 734 |
| Artigo 22.º – Taxas | 734 |
| CAPÍTULO V – LIQUIDAÇÃO | 736 |
| SECÇÃO I – REGRAS GERAIS | 736 |
| Artigo 23.º – Competência para a liquidação | 736 |
| Artigo 24.º – Processo individual | 739 |
| SECÇÃO II – NAS TRANSMISSÕES GRATUITAS | 740 |
| Artigo 25.º – Competência | 740 |
| Artigo 26.º – Participação da transmissão de bens | 742 |
| Artigo 27.º – Formalidades da participação | 748 |
| Artigo 28.º – Obrigação de prestar declarações e relacionar os bens | 748 |
| Artigo 29.º – Sonegação de bens | 751 |
| Artigo 30.º – Desconhecimento dos interessados ou dos bens | 752 |
| Artigo 31.º – Valor de estabelecimento ou de partes sociais | 752 |
| Artigo 32.º – Certidão do valor patrimonial tributário | 754 |
| Artigo 33.º – Liquidação do imposto | 755 |
| Artigo 34.º – Suspensão do processo por litígio judicial | 757 |
| Artigo 35.º – Suspensão do processo por exigência de dívidas activas | 758 |
| Artigo 36.º – Notificação da liquidação | 759 |
| Artigo 37.º – Impedimento do chefe de finanças | 760 |
| Artigo 38.º – Disposições comuns com o CIMT | 761 |
| SECÇÃO III – REGRAS COMUNS | 762 |
| Artigo 39.º – Caducidade do direito à liquidação | 762 |
| Artigo 40.º – Juros compensatórios | 764 |
| CAPÍTULO VI – PAGAMENTO | 766 |
| Artigo 41.º – Dever de pagamento | 766 |
| Artigo 42.º – Responsabilidade tributária | 767 |
| Artigo 43.º – Forma de pagamento | 771 |
| Artigo 44.º – Prazo e local de pagamento | 771 |
| Artigo 45.º – Pagamento do imposto nas transmissões gratuitas | 773 |
| Artigo 46.º – Documento de cobrança | 777 |
| Artigo 47.º – Privilégio creditório | 778 |
| Artigo 48.º – Prescrição | 780 |

| | |
|--|-----|
| CAPÍTULO VII – GARANTIAS | 782 |
| Artigo 49.º – Garantias | 782 |
| Artigo 50.º – [Revogado] | 785 |
| Artigo 51.º – Compensação do imposto | 785 |
| CAPÍTULO VIII – OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS E FISCALIZAÇÃO | 786 |
| SECÇÃO I – REGRAS GERAIS | 786 |
| SUBSECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS PASSIVOS | 786 |
| Artigo 52.º – Declaração anual | 786 |
| Artigo 52.º-A – Declaração mensal de imposto do selo | 788 |
| Artigo 53.º – Obrigações contabilísticas | 789 |
| Artigo 54.º – Relação de cheques e vales do correio passados ou de outros títulos | 791 |
| Artigo 55.º – Elaboração de questionários | 791 |
| SUBSECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DE ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS | 792 |
| Artigo 56.º – Declaração anual das entidades públicas | 792 |
| Artigo 56.º-A – Declaração mensal das entidades públicas | 793 |
| Artigo 57.º – Obrigações dos tribunais | 793 |
| Artigo 58.º – Títulos de crédito passados no estrangeiro | 794 |
| Artigo 59.º – [Revogado] | 794 |
| Artigo 60.º – Contratos de arrendamento | 794 |
| SECÇÃO II – NAS TRANSMISSÕES GRATUITAS | 796 |
| Artigo 61.º – Obrigações dos serviços de informática tributária | 796 |
| Artigo 62.º – Participação de inventário judicial | 797 |
| Artigo 63.º – Obrigações de fiscalização | 797 |
| Artigo 63.º-A – Levantamento de depósitos de valores monetários | 798 |
| CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES DIVERSAS | 800 |
| Artigo 64.º – Cheques | 800 |
| Artigo 65.º – Letras e livranças | 801 |
| Artigo 66.º – [Revogado] | 808 |
| Artigo 67.º – Matérias não reguladas | 809 |
| Artigo 68.º – Assinatura de documentos | 809 |
| Artigo 69.º – Envio pelo correio | 810 |
| Artigo 70.º – Direito de preferência | 810 |
| Artigo 70.º-A – Desincentivo ao crédito ao consumo | 811 |
| Tabela Geral do Imposto do Selo | 813 |

ÍNDICE SISTEMÁTICO GERAL

| | |
|--|---------|
| PARTE I – DISPOSIÇÕES LEGAIS (ANOTADAS E COMENTADAS) | 17 |
| Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) | 19 |
| Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) | 429 |
| Código do Imposto do Selo (CIS) | 611 |
| PARTE II – SINTESE DO REGIME TRIBUTÁRIO DOS ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO | 839 |
| PARTE III – LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR | 855 |
| Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro <i>Aprova a reforma da tributação do património</i> | 857 |
| Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro <i>Lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis</i> | 879 |
| Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto <i>Conceito fiscal de prédio devoluto</i> | 883 |

| | |
|--|-----|
| Portaria n.º 1.434/2007, de 6 de novembro <i>Aprova as directrizes relativas à apreciação da qualidade construtiva, da localização excepcional, da localização e operacionalidade relativas e do estado deficiente de conservação</i> | 889 |
| Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro <i>Aprova a avaliação geral da propriedade urbana</i> | 893 |
| Portaria n.º 219/2016, de 9 de agosto <i>Fixa a superfície máxima resultante do redimensionamento de explorações agrícolas com vista à melhoria da estruturação fundiária da exploração e a unidade de cultura a que se refere o artigo 1376.º do Código Civil.</i> | 895 |
| Portaria n.º 326/2017, 30 de outubro <i>Fixa os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2017</i> | 901 |
| Portaria n.º 379/2017, 19 de dezembro <i>Fixa o valor médio de construção por metro quadrado a vigorar no ano de 2018</i> | 903 |
| PARTE IV – INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS | 905 |
| CIRCULARES | 905 |
| Circular n.º 14/2004, de 16 de novembro, da DSA | 907 |
| Circular n.º 7/2006, de 24 de março, da DSA | 908 |
| Circular n.º 10/2009, de 24 de abril, da DSIMT | 914 |
| Circular n.º 15/2009, de 17 de junho, da DSA | 916 |
| Circular n.º 16/2009, de 17/06, da DSA | 921 |
| Circular n.º 20/2011, de 6 de junho, da DSA | 922 |
| Circular n.º 21/2011, de 6 de junho, da DSA | 922 |
| Circular n.º 22/2011, de 6 de junho, da DAS | 923 |
| OFÍCIOS-CIRCULADOS E OFÍCIOS | 927 |
| Ofício-Circular n.º A-2/60, de 18/05 (extrato), da DGCI | 929 |
| Ofício-Circulado n.º 40.012, de 23/12/1999, da DSA | 931 |
| Ofício-Circulado n.º 40.076, de 17/12/2004, da DSA | 932 |

| | |
|---|-----|
| Ofício-Circulado n.º 40.082/2006, de 9 de fevereiro, da DSIMI | 933 |
| Ofício-Circulado n.º 40.095, de 12/03/2009, da DSIMI | 934 |
| Ofício-Circulado n.º 40.099, de 05/01/2011, da DSIMT | 935 |
| Ofício n.º 40.100, de 18/04/2011, da DSIMT | 937 |
| Ofício n.º 40.101, de 26/04/2011, da DSIMI | 938 |
| Índice Analítico | 941 |
| Índice Sistemático – Código do IMI | 969 |
| Índice Sistemático – Código do IMT | 975 |
| Índice Sistemático – Código do Imposto do Selo | 979 |
| Índice Sistemático Geral | 983 |